



SIMULADO ESPECIAL

# MP PA

**Analista Jurídico  
Pós-Edital**

# Simulado Especial

## Simulado MP PA – Analista Jurídico – Pós Edital

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do MP PA;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Consulpan.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-MP-PA-Analista-06-08>

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E |                |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E |                |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E |                |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E |                |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E |                |

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS**

Patrícia Manzato

**Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 6:****A era da desinformação**

Não podemos negar que a internet tornou-se um dos principais meios para a disseminação de informações. Em 2018, a rede cruzou a marca de 4 bilhões de usuários. Mais da metade da população mundial está conectada a ela. Este ano, o consumo diário de mídia online passará o de TV. A tendência é que a diferença se acentue nos próximos anos.

Graças às redes sociais e as plataformas de comunicação instantânea, a distância entre as pessoas diminui drasticamente. Já a velocidade de disseminação de informação aumentou de maneira brutal. Quando uma informação – um meme, ou uma notícia – cai na malha, ela é rapidamente replicada e enviada a outros pontos da rede. Quantas vezes não recebemos a mesma mensagem em diferentes grupos de Whatsapp ou vemos aquela notícia repetidas vezes no Twitter e no Facebook?

Mas não é só a escala e a velocidade da internet que são fatos novos. Ao contrário de seus predecessores – TV e rádio –, a internet está ao alcance de todos. Qualquer pessoa pode usá-la para disseminar suas ideias a milhões. Por outro lado, foi possível dar voz a milhares de pessoas que não eram representadas e que agora têm como lutar por seus direitos. Do outro, colocamos um canhão nas mãos dos que usam a desinformação como ferramenta.

Em 2016, na campanha para a eleição presidencial dos EUA, vimos o surgimento do termo “fake news”. Notícias bem elaboradas, com cara de autênticas, mas que não eram verdadeiras e foram desenhadas para propagar determinada linha de pensamento. Elas sempre existiram, mas nunca alavancadas com uma plataforma como a internet. Com elas, o arsenal de guerra na era da informação ganhou uma arma de alto calibre.

Agora, com a popularização da inteligência artificial, as “fake news” estão passando por um processo bem perigoso. Uma das maneiras de combater as notícias falsas era a de trazer ao público evidências claras da manipulação, como imagens, vídeos e áudios que pudessem tirar qualquer dúvida. Porém, ferramentas de síntese computacional estão dando origem ao que chamamos de “deep fakes”, deixando as “fake news” ainda mais robustas. Como os “deep fakes”, é possível, a partir de imagens e vídeos reais, gerar novas imagens e vídeos que colocam as pessoas do material original fazendo coisas que não ocorreram – a troca do rosto de uma pessoa por outra, a criação de uma fala completamente fictícia e até a de rostos realistas, mas de pessoas que não existem.

Esse tipo de manipulação já acontecia. As técnicas, porém, custavam caro, levavam tempo para serem produzidas e a qualidade final não era tão boa. Agora, tudo é feito de maneira cada vez mais automática. Todos sabem que já passou da hora de não acreditar em tudo que se lê e recebe pela internet. Agora é bom deixar de lado o “só acredito vendo”..

Disponível em <<https://link.estadao.com.br/noticias/geral,a-eradesinformacao,70002915133>>

**01.** O trecho que justifica o título do texto é:

- a) Em 2018, a rede cruzou a marca de 4 bilhões de usuários. (1º parágrafo).
- b) *Graças às redes sociais e as plataformas de comunicação instantânea, a distância entre as pessoas diminui drasticamente.* (2º parágrafo);
- c) *Quantas vezes não recebemos a mesma mensagem em diferentes grupos de Whatsapp (...)* (2º parágrafo);
- d) *Todos sabem que já passou da hora de não acreditar em tudo que se lê e recebe pela internet.* (6º parágrafo);

**02.** O objetivo desse texto é:

- a) expor a realidade das informações falsas, disseminadas na internet como notícias;
- b) verificar a veracidade das informações que circulam na internet;
- c) discutir sobre o problema das eleições nos Estados Unidos criado pelas informações falsas;
- d) atualizar a população sobre como os memes podem se tornar *fake news*;

**03.** No trecho “Graças às redes sociais e as plataformas de comunicação instantânea, a distância entre as pessoas diminui drasticamente” (2º parágrafo), a vírgula foi utilizada para marcar

- a) intercalação de explicação de termos previamente mencionados.
- b) separação de adjunto adverbial deslocado no período.
- c) elipse do verbo na oração subordinada.
- d) existência de orações com sujeitos e predicados diferentes.;

04. A organização sintática do primeiro parágrafo do texto contribui para produzir a ideia de:

- a) antítese entre o mundo real (televisão) o mundo virtual (Internet).
- b) comparação entre os anos anteriores e os próximo.
- c) gradação para dar destaque ao aumento do alcance da Internet.
- d) ênfase para realçar a importância no uso da Internet.

05. Em relação ao uso das aspas no último parágrafo, pode-se afirmar que sua ocorrência é devido:

- a) à citação indireta de feitos do escritor e filósofo.
- b) ao estilo de escrita que caracteriza o gênero narrativo.
- c) à estratégia de quebra de expectativa ao leitor.
- d) à diferenciação entre o discurso do autor e de terceiros.

06. O trecho destacado que exerce a mesma função sintática de “que a internet tornou-se um dos principais meios” em “Não podemos negar que a internet tornou-se um dos principais meios” é:

- a) Em 2016, na campanha para a eleição presidencial dos EUA, vimos o surgimento do termo “fake news”;
- b) Notícias bem elaboradas, com cara de autênticas, mas que não eram verdadeiras;
- c) Quantas vezes não recebemos a mesma mensagem em diferentes grupos de Whatsapp;
- d) Com elas, o arsenal de guerra na era da informação ganhou uma arma de alto calibre.

07. O artigo é uma das classes de palavras variáveis que concorda, em gênero e em número, com o substantivo que o acompanha. Todas as palavras destacadas são artigos em:

- a) Com passagens por universidades como a Sorbonne, em Paris (onde fez parte do doutorado em História da Filosofia Contemporânea);
- b) Não acredito que exista uma teoria que dê conta da realidade”, diz ele nesta entrevista;

c) e a de Tel Aviv, em Israel (para o pós-doutorado em Epistemologia), ele se gaba de não se encaixar em nenhuma corrente específica de pensamento;

d) O verbete Luiz Felipe Pondé na Wikipedia descreve um “filósofo, escritor e ensaísta brasileiro de origem judaica e matriz conservadora”;

08. Considerando o emprego da norma padrão da língua, a correção do trecho destacado seria mantida de acordo com a sugestão expressa em:

- a) Tudo é vendido como se não fosse apenas o que de fato é. / Tudo é vendido como se não fosse apenas o que é de fato.;
- b) No entanto, parece absurdo que possamos viver sem pensamento. / Parece absurdo, no entanto, de que possamos viver sem pensamento;
- c) Nesse contexto, as mercadorias surgem com a promessa de garantir satisfação. / Nesse contexto com a promessa de garantir satisfação, surge as mercadorias;
- d) Espera-se hoje que as experiências humanas sejam sempre e cada vez mais intensas. / É esperado hoje, que as experiências humanas sejam sempre e cada vez mais intensas

09. Ao transpor a oração “*colocamos um canhão nas mãos dos que usam a desinformação como ferramenta.*” para a voz passiva, a forma verbal correta será:

- a) são colocados;
- b) foi colocado;
- c) foram colocados;
- d) colocaríamos;

10. “Todo mundo é um gênio, mas se você julgar um peixe por sua capacidade de subir em uma árvore, vai gastar toda a sua vida por acreditar que ele é estúpido.”

Para que o período acima esteja de acordo com as normas gramaticais, é necessário(a)

- a) a substituição de “por acreditar por “acreditando”;
- b) a substituição de “vai” por “vão”;
- c) a substituição por artigo definido antes de “peixe”;
- d) a substituição do conectivo “mas” por “logo”;

**ÉTICA E LEGISLAÇÃO**

Tiago Zanolla

**11.** Tendo em vista o que consta da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na Lei 8429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- b) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- c) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- d) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa não são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

**12.** Analise os itens abaixo:

- I – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- II – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.
- III – exercer atividade profissional ética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho religioso.
- IV - zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

São vedadas ao agente público com base no Decreto 1.171/1994 as condutas listadas em:

- a) I e III, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) III e IV, apenas

**13.** Analise os itens abaixo tendo em vista o que consta da Lei 13.140/2015 e indique a alternativa incorreta:

- a) O mediador será necessariamente designado pelo tribunal.
- b) Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.
- c) O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- d) O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

**14.** Assinale a alternativa que trata corretamente sobre ética e moral.

- a) A ética busca realizar um estudo científico a respeito da moral.
- b) A moral tem um caráter universal, não variando nas diversas sociedades.
- c) A palavra moral vem do grego ethos.
- d) A moral é atemporal, não sofrendo mudanças com o decurso do tempo.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

Emerson Bruno

**15.** De acordo com a Lei Estadual no 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico

Único dos Servidores Públicos Civis, NÃO constitui forma de provimento do cargo público no Estado do Pará.

- a) o aproveitamento.
- b) a reversão.
- c) a readaptação.
- d) a disponibilidade.

**16.** De acordo com a Lei Estadual no 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico

Único dos Servidores Públicos Civis, NÃO constitui fator de avaliação durante o estágio probatório do servidor.

- a) a capacidade de iniciativa.



b) a responsabilidade.

c) a vida pregressa do servidor.

d) a disciplina.

**17.** Conforme disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Pará, são órgãos de execução do MPPA, exceto:

a) os Procuradores de Justiça.

b) o Colégio de Procuradores de Justiça.

c) o Conselho Superior do Ministério Público.

d) o Procurador-Geral de Justiça.

**18.** Sobre a escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça, marque a afirmativa INCORRETA.

a) O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Chefe do Poder

Executivo, dentre os integrantes da carreira do Ministério Público.

b) O Procurador-Geral de Justiça terá mandato de dois anos, permitida uma recondução.

c) O Governador escolherá o PGJ mediante lista tríplice elaborada pelo próprio MPPA.

d) O Procurador-Geral de Justiça precisa ter entre 35 e 65 anos de idade como requisito para sua nomeação.

**19.** De acordo com a LC 57/2006 (Lei Orgânica do MPPA), eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público é uma atribuição:

a) do Corregedor-Geral do MP.

b) do Conselho Superior do MP.

c) do Colégio de Procuradores de Justiça.

d) do Procurador-Geral de Justiça.

**20.** Conforme disposto na Lei Orgânica do MPPA, elaborar as listas sêxtuplas para as indicações do quinto constitucional é uma atribuição:

a) do Conselho Superior do Ministério Público.

b) do Colégio de Procuradores de Justiça.

c) do Procurador-Geral de Justiça.

d) do Corregedor-Geral do Ministério Público.

**21.** De acordo com a Lei Orgânica do MPPA, o Conselho Superior do Ministério Público é composto:

a) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um terço dos Procuradores de Justiça.

b) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um sexto dos Procuradores de Justiça.

c) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Diretor da Escola do Ministério Público, como membros natos, e por mais um quinto dos Procuradores de Justiça.

d) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Vice-Procurador-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por mais um quarto dos Procuradores de Justiça.

**22.** De acordo com a Lei Orgânica do MPPA, o prazo para posse de um membro do Ministério Público no cargo inicial da carreira é de:

a) 30 dias improrrogáveis.

b) 15 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

c) 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 a requerimento do interessado.

d) 15 dias, podendo ser prorrogado por mais 15 a requerimento do interessado.

#### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

**23.** Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.

d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.

**24.** No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sítio.

b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.

d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não são sempre de aplicabilidade imediata.

**25.** Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.

b) ação civil pública que será julgada pelo STF.

c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.

d) ação popular que será julgada pelo STF.

**26.** Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;

b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;

c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;

d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;

**27.** É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

**28.** Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

a) o mandado de segurança;

b) o habeas data;

c) a reclamação constitucional;

d) o mandado de injunção;

**29.** Se o Estado do Para elabora sua própria Constituição ou altera seus dispositivos, ele exerce o

a) poder constituinte originário.

b) poder constituinte derivado decorrente.

c) poder constituinte derivado reformador.

d) processo de mutação constitucional.

**30.** Em julgamento histórico, o STF trouxe uma jurisprudência, súmula vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. Assim não se admite a prisão do Depositário infiel. Após decisão condenatória em segunda instância. Esse é um exemplo típico de alteração da Constituição por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Revisão Constitucional.
- c) Plebiscito.
- d) Mutação Constitucional.

**31.** Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I. A forma federativa de Estado.
- II. O voto direto, secreto, obrigatório e periódico.
- III. A separação dos poderes.
- IV. Os direitos e garantias fundamentais.

A sequência de assertivas correta é:

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

#### NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

**32.** Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os entes descentralizados não estão subordinados à administração central.
- b) A centralização reflete a forma pela qual um ente federativo executa suas tarefas sem subdivisões internas.
- c) Opera-se descentralização por colaboração a delegação da prestação de serviços públicos a particulares, mediante contrato de concessão.
- d) O ente descentralizado possui patrimônio próprio, distinto daquele a que pertence o ente público que o criou.

**33.** Selecione, entre as alternativas a seguir, um dos atributos do poder de polícia administrativa:

- a) discricionariedade, o qual pode ser observada em todos os atos de polícia.
- b) vinculação, relativamente à liberdade do agente público competente para prática de atos de polícia.
- c) autoexecutoriedade, que afasta os atos de polícia do controle judicial.
- d) coercibilidade, resultando na imposição do ato de polícia ao particular, independentemente de sua concordância.

**34.** No que se refere aos vícios dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- d) o desvio de finalidade é espécie do gênero abuso de poder.

**35.** Os atos administrativos consistem em declarações de vontade da Administração Pública ou de quem lhe faça as vezes, no exercício da função administrativa, sob regime de direito público.

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) o Poder Judiciário pode realizar o controle de legalidade dos atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo.
- b) a Administração pode invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) a revogação consiste em manifestação de vontade da Administração que resulta no desfazimento de ato anterior, quando há uma confluência de conveniência, oportunidade e ilegalidade do ato.



d) a finalidade do ato administrativo consiste na decisão da autoridade administrativa que o pratica.

**36.** Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado do Pará, assinale a característica correta:

- a) debruça-se indistintamente sobre aspectos de legalidade e de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

**37.** No interior de uma penitenciária paraense, o detento conhecido como “Jabuti” veio a falecer em razão de agressão física sofrida durante rebelião provocada pelo colega de cela, “Cágado”. Neste caso, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Estado do Pará

- a) responde pelo falecimento do detento, desde que seja comprovada a omissão dolosa dos agentes penitenciários responsáveis e o respectivo nexo de causalidade.
- b) não responde pelo falecimento do detento, em razão de a conduta ter sido praticada por um terceiro.
- c) responde pelo falecimento do detento, desde que seja comprovada a falha do serviço prisional sob responsabilidade do Estado.
- d) responde de modo objetivo pelo dano causado, eis que se o Estado havia assumido dever específico de proteção do detento.

**38.** A prescrição da ação disciplinar, segundo o que dispõe a Lei 8.112/1990, obedece ao prazo de:

- a) 180 dias, a partir da prática da infração, quanto às infrações puníveis com advertência.
- b) 2 anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido, quanto às infrações puníveis com advertência.
- c) 3 anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido, quanto às infrações puníveis com suspensão.

e) 5 anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido, quanto às infrações puníveis com demissão.

**39.** Assinale, de acordo com o que prevê a Lei 14.133/2021, uma característica do pregão:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços de engenharia comuns.
- d) inviabilidade de adoção para aquisição de bens especiais.

**40.** É hipótese de dispensa de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$108.040,82.

---

#### DIREITO CIVIL E LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL

---

Gessica Ehle

**41.** O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, regulamenta a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), antiga Lei de Introdução ao Código Civil. Sobre a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- a) Todas correções realizadas no texto de lei já publicada serão consideradas lei nova ainda antes da sua entrada em vigor.
- b) Caso a lei X, que revogou a lei Y, venha a ser revogada, em regra a primeira volta a reger a matéria.
- c) Ainda que não expressa junto ao texto da Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, a doutrina é considerada fonte mediata do Direito.
- d) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro e a opinião massiva da doutrina, o

Direito é lacunoso, não somente a Lei, que é sua fonte primária.

**42.** De acordo com o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, regulamenta a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa incorreta.

- a) O fenômeno conhecido como subsunção é tido como a aplicação da Lei ao caso concreto, ou dito de outro modo, a incidência da norma jurídica.
- b) Sobre as espécies de lacunas, pode-se verificar lacunas normativas, ontológicas, axiológicas e antinomias.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) Sobre os critérios para a solução de antinomias aparentes, o critério da especialidade é aquele que define que as normas superiores devem prevalecer sobre as normas inferiores.

**43.** Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar que:

- a) Caso o devedor afirme que irá apresentar proposta de pagamento do débito, nesse instante ocorre renúncia tácita à prescrição.
- b) Para que se possa anular a constituição de uma associação em razão de defeito no seu ato constitutivo, deve-se observar o prazo decadencial de 5 (cinco) anos.
- c) A simulação é causa de nulidade absoluta do negócio jurídico simulado, insuscetível de prescrição ou de decadência.
- d) Prazos prescricionais podem ser legais, ou convencionais, enquanto que prazos decadenciais serão somente legais.

**44.** No que diz respeito às pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- I. A emancipação do adolescente de 16 (dezesesseis) anos completos realizada pelos pais por instrumento público, somente terá efeito após a homologação pelo juiz competente.
- II. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar

diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

III. É válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, em havendo objetivo científico, ou altruístico.

IV. O pseudônimo adotado para quaisquer fins goza da proteção que se dá ao nome.

Está (ão) correta(s):

- a) Apenas a II.
- b) Apenas a III.
- c) II e III.
- d) II e IV.

**45.** Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) associação inscrita no respectivo registro já possui existência legal, ainda que não pratique ato de gestão administrativa.
- b) Quando pessoa jurídica sofre expansão ou alteração de sua finalidade originalmente firmada como sua atividade econômica, pode-se afirmar que houve desvio de finalidade.
- c) Naquilo que couber, aplica-se às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados podem ser incorporados à outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, desde que não tenha havido disposição distinta por parte do instituidor.

**46.** No que concerne ao negócio jurídico, aos contratos e às obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) é possível que as partes venham a pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- b) Tendo sido celebrado contrato oneroso com cláusula que exclua a garantia contra a evicção, o evicto não terá meios para receber o preço que pagou, independentemente de conhecer, ou não, o risco da evicção.
- c) O diploma civilista atual admite contrato em que uma parte atribua à outra parte promessa de transferência

de direitos sucessórios para quando for realizada a sucessão.

- d) O contrato preliminar não está submetido aos requisitos essenciais do contrato a ser pactuado pelas partes em momento ulterior.

**47.** Sobre as obrigações, julgue a alternativa correta:

- a) dá-se novação, dentre outras situações, quando o credor aceitar receber dívida diversa da que lhe era devida.
- b) Caso Ana pague em seu próprio nome dívida que João tenha com Aldo, é possível que busque o reembolso do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos de Aldo.
- c) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, este pagará somente as perdas e os danos e, se possível, o valor da obrigação que por último se impossibilitou.
- d) Caso se tenha firmado contrato contendo obrigações alternativas em que a escolha caiba ao devedor, esse pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

**48.** A respeito dos direitos reais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na usucapião especial de imóvel urbano, poderá o possuidor acrescentar sua posse à de seu antecessor se elas forem contínuas.
- b) É possível a conversão da detenção em posse.
- c) O possuidor direto poderá defender sua posse contra o indireto.
- d) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

**49.** Sobre o direito de família, julgue os itens abaixo:

- I. Será anulável o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.
- II. Adolescentes com 16 (dezesseis) anos ou mais podem casar, desde que haja autorização de ambos os pais, revogável essa a qualquer tempo.
- III. Filho adotado não poderá casar com o filho biológico do adotante.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) I, II, III.

**50.** De acordo com o Direito Sucessório, assinale a alternativa incorreta.

- a) Pessoa que falecer sem deixar testamento terá seus bens destinados aos sucessores legítimos, que são, de acordo com a lei, os seus descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e os colaterais até o quarto grau.
- b) Direito à sucessão aberta é tido por lei como bem imóvel, mesmo que os bens deixados sejam, em sua integralidade, móveis.
- c) Será reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente separado de fato há mais de dois anos quando a convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- d) cônjuge supérstite casado no regime de comunhão universal de bens concorre na herança, com os descendentes.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

**51.** O terceiro que ingressa no processo demonstrando interesse em que a sentença seja favorável a uma das partes, mas sem defender direito próprio, é:

- a) o litisconsorte.
- b) o assistente simples.
- c) o amicus curiae.
- d) o denunciado à lide.

**52.** (Inédita - 2022) NÃO é hipótese de litigância de má-fé:

- a) deduzir pretensão ou defesa contra jurisprudência sumulada.
- b) alterar a verdade dos fatos.
- c) opor resistência injustificada ao andamento do processo.
- d) interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

e) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.

**53.** Sobre a legitimidade passiva na execução, assinale a alternativa correta:

- a) o sucessor do devedor só responde se houver sido reconhecido como tal no título executivo.
- b) não tem legitimidade para responder pela execução o titular de bem que tenha sido vinculado ao débito por meio de garantia real.
- c) o devedor solidário, mesmo que não reconhecido no título executivo, tem legitimidade passiva.
- d) o novo devedor, que assumiu o débito com o consentimento do credor, é legitimado passivo para a execução.

**54.** Sobre a substituição da penhora, assinale a alternativa correta:

- a) a inobservância da ordem legal de preferência dos bens não justifica a substituição da penhora.
- b) não é possível a substituição da penhora em razão de ter fracassado a tentativa de alienação judicial do bem penhorado.
- c) cabe a substituição da penhora a fim de que ela recaia sobre bens que se encontram no foro da execução, substituindo a penhora que tiver sido realizada sobre bens que não estão no foro.
- d) é possível a substituição da penhora quando ela recair sobre bem de alta liquidez.

**55.** O recurso da decisão que indefere a petição inicial em primeiro grau de jurisdição é:

- a) a apelação.
- b) o agravo de instrumento.
- c) o agravo interno.
- d) a reclamação.

**56.** O prazo de prescrição da ação popular é de:

- a) 2 anos.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.

d) 10 anos.

**57.** Sobre a teoria geral das provas, assinale a alternativa correta:

- a) não só os meios legais, mas também outros moralmente legítimos podem ser utilizados para provar a verdade dos fatos.
- b) o juiz não pode, de ofício, determinar a produção de prova necessário ao julgamento do mérito.
- c) o juiz não deve apreciar a prova em sentido contrário à parte que a houver produzido.
- d) o juiz deve se pautar, na apreciação das provas, estritamente pelo que foi alegado pelas partes, não podendo se valer de regras da experiência comum.

**58.** Quando o juiz se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, ele deve:

- a) determinar a reunião de todas as ações.
- b) extinguir as ações individuais e determinar que seja ajuizada ação coletiva.
- c) converter as ações individuais em processo coletivo.
- d) oficiar os legitimados a promover ação coletiva para que avaliem a pertinência do ajuizamento de ação coletiva.

**59.** NÃO é hipótese em que é possível o deferimento de tutela de evidência quando:

- a) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- b) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- c) se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- d) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

60. Na ação civil pública promovida por associação, o Ministério Público deve promover a execução caso a autora não a promova, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 60 dias.
- c) 180 dias.
- d) 1 ano.

---

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

---

Priscila Silveira

61. Ficará sujeitos à lei brasileira, sem a necessidade de preenchimento de nenhuma condição, embora cometido no estrangeiro:

- a) Os crimes praticados contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- b) Os crimes praticados contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da República.
- c) Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- d) Os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

62. Leonardo, Raphael, Michelangelo e Donatello planejaram furtar um veículo de uma residência que aparentava não ter ninguém. Michelangelo e Leonardo permaneceram na van, enquanto Raphael arromba o portão e Donatello ingressara na residência. Ocorre que quando adentrou na casa, se deparou com um morador. Em razão disso, Donatello golpeia com um pedaço de madeira a cabeça do morador, que veio a falecer. Levando em consideração a situação hipotética, Raphael e Donatello responderão por:

- a) autoria colateral.
- b) participação de menor importância.
- c) coautoria sucessiva.
- d) cooperação dolosamente distinta.

63. À luz do entendimento dos Tribunais Superiores e do Código Penal, no que tange às penas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- b) A reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- c) A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- d) Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

64. A respeito dos crimes contra o patrimônio, considere os seguintes itens.

- I- O estelionato será qualificado quando for cometido em detrimento de instituto de economia popular.
- II- A diferença entre os delitos de roubo e extorsão reside na prescindibilidade do comportamento da vítima. Enquanto no roubo seu comportamento é prescindível, na extorsão é imprescindível.
- III- É isento de pena nos crimes patrimoniais o cônjuge, na constância da sociedade conjugal e se o crime é praticado em prejuízo de ascendente ou descendente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e III.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.



65. A conduta de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro se adequa ao crime de:

- a) importunação sexual.
- b) estupro.
- c) assédio sexual.
- d) violação sexual mediante fraude.

66. São características do Inquérito Policial, EXCETO:

- a) Dispensável.
- b) Sigiloso.
- c) Oficioso.
- d) Disponível.

67. Barney foi preso em flagrante por supostamente ter praticado crimes conexos de homicídio qualificado (pena: reclusão, de 12 a 30 anos), ocultação de cadáver (pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa) e três delitos de furto qualificado com emprego de chave falsa (pena: reclusão, de 2 a 8 anos, e multa). De acordo com as apurações feitas pelas autoridades policiais, na cidade de Belém, Barney, mediante emprego de chave falsa, ingressou em três residências e subtraiu bens, sem emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Posteriormente, já em posse dos bens, Barney se escondeu dentro de um caminhão, que estava a caminho da cidade de Ananindeua. Ao chegar em Ananindeua, João foi reconhecido por uma das vítimas, momento em que se iniciou uma discussão. Durante a discussão, Barney desferiu um golpe de faca na cabeça da vítima, com intenção de matá-la, ocasionando sua morte. Logo depois, temendo pelas consequências de seus atos, Barney enterrou o corpo da vítima em Marituba, evadindo-se, em seguida, para se esconder em sua residência, localizada em Benevides, onde foi preso em flagrante alguns dias depois. Com base apenas as informações narradas, a comarca que será competente para o processo e julgamento do feito:

- a) Belém.
- b) Ananindeua.
- c) Marituba.
- d) Benevides.

68. No que tange à ação civil *ex delicto*, considere os seguintes itens.

I- Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

II- Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

III- Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Está correto apenas o disposto em:

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

69. Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.

70. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores acerca de nulidades, é correto afirmar que:

- a) ainda que a declaração de nulidade aproveite à parte contrária, o princípio da boa-fé processual autoriza que a parte argua nulidade que não lhe aproveite.
- b) É nula decisão judicial que autoriza o espelhamento do WhatsApp para que a Polícia acompanhe as conversas do suspeito pelo WhatsApp Web.
- c) constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, podendo ser suprida por nomeação de defensor dativo.
- d) a ausência ou a deficiência de defesa constituem nulidade absoluta.

---

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-MP-PA-Analista-06-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>